

**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
★  
ESTADO DO PARÁ

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E  
DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER,  
DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS  
MINORIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARÁ  
BIÊNIO 2023-2024**





**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DO ESTADO DO PARÁ

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **Presidente da Assembleia Legislativa do Pará**



Chicão (MDB)

### **Presidente da CDHDC**



Carlos Bordalo (PT)

### **Vice-presidente**



Lívia Duarte (PSOL)

### **Membros Titulares**



Victor Dias (União)



Erick Monteiro (PSDB)



Martinho Carmona (MDB)



Paula Titan (MDB)



Rogério Barra (PL)

### **Membros Suplentes**



Andreia Xarão (MDB)



Dep. Aveilton (PSD)



Delegado Toni Cunha (PL)



Diana Belo (MDB)



Dirceu Ten Caten (PT)



Fábio Figueiras (PSB)



Thiago Araújo (REP)



## **MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, DEPUTADO FRANCISCO MELO “CHICÃO”**

*“A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Assembleia Legislativa do Pará, que tem como presidente o deputado Carlos Bordalo (PT), desempenha um papel fundamental na promoção da justiça social e na defesa dos direitos fundamentais da população paraense. Ao longo do biênio 2023/2024, essa Comissão garantiu que cada cidadão tivesse sua dignidade respeitada e seus direitos assegurados. A atuação firme e comprometida permitiu avanços significativos, com a ampliação do diálogo entre sociedade civil, instituições e o Poder Legislativo, fortalecendo ações que buscam a equidade e o bem-estar coletivo.*

*O trabalho desenvolvido foi essencial para impulsionar políticas públicas voltadas à proteção dos grupos mais vulneráveis, promovendo debates, audiências públicas e medidas concretas para combater qualquer forma de injustiça social. Por meio da fiscalização rigorosa e da proposição de iniciativas legislativas, a Comissão reafirmou o compromisso da Alepa com a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, assegurando que os direitos humanos sejam uma prioridade em todas as esferas de atuação governamental.*

*O trabalho da CDH é, sem dúvida, um reflexo do empenho do Legislativo paraense em garantir uma sociedade mais justa, onde a cidadania plena seja uma realidade para todos. Reafirmamos, assim, a importância desse setor para o fortalecimento das políticas públicas, pois acreditamos que a defesa dos direitos humanos deve ser um compromisso contínuo e indispensável desta Casa de Leis.*

*Seguiremos avançando com responsabilidade e dedicação, sempre pautados no respeito, na justiça e na defesa dos direitos fundamentais.”*





## **MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS DA ALEPA, DEPUTADO BORDALO**

*“Tenho a honra de presidir a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor do Parlamento do Pará! E é com grande satisfação que apresentamos a todos e a todas o nosso relatório de atividades referente ao período de 2023/2024. Dois anos de muito trabalho, marcado por desafios, aprendizados e conquistas significativas na defesa dos direitos do nosso povo e na promoção da justiça social.*

*Neste relatório, destacamos ações fundamentais da Comissão que foram promovidas em diversas regiões do estado para ouvir as demandas locais, demandar esforços e fortalecer as ações de direitos humanos e a construção de um canal aberto com a sociedade paraense.*

*Esperamos que todos e todas possam explorar este documento e conhecer em detalhes o trabalho realizado. Que reflète um compromisso renovado com a construção de um Pará mais justo, inclusivo e humano.*

*Muito obrigado! Convido todos e todas a conhecerem este trabalho, que é resultado de uma luta coletiva por um Pará melhor.”*



Acesse o QRCode para a versão digital deste documento.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E  
DAS MINORIAS - CDHDC**

## **Sumário**

<b>1. DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC</b>	<b>5</b>
<b>2. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2023</b>	<b>7</b>
<b>2.1. Membros</b>	
<b>2.2. Equipe Técnica</b>	
<b>2.3. Revisão e Edição</b>	
<b>2.4. Diagramação</b>	
<b>2.5. Apresentação ano 2023</b>	<b>8</b>
<b>2.6. Calendário anual</b>	<b>9</b>
JANEIRO	10
FEVEREIRO	10
MARÇO	11
ABRIL	16
MAIO	19
JUNHO	25
AGOSTO	29
SETEMBRO	33
OUTUBRO	37
NOVEMBRO	42
DEZEMBRO	47
<b>3. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2024</b>	<b>53</b>
<b>3.1. Membros</b>	
<b>3.2. Equipe Técnica</b>	
<b>3.3. Revisão e Edição</b>	
<b>3.4. Diagramação</b>	
<b>3.5. Apresentação ano 2024</b>	<b>54</b>
<b>3.6. Calendário anual</b>	<b>55</b>
JANEIRO	55
FEVEREIRO	55
MARÇO	56
ABRIL	60
MAIO	63
JUNHO	66
AGOSTO	73
SETEMBRO	78
NOVEMBRO	80
DEZEMBRO	83



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

### 1. A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, é uma das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, constituída por 7 deputados membros titulares e 7 membros suplentes, é dirigida por um presidente e um vice-presidente, atua em demandas de violações de direitos do consumidor e qualquer situação, que atente contra os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direito, tendo atribuições e competências expressas no Regimento desta Casa Legislativa, vejamos:

§ 7º. À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor compete:

I - **realizar** simpósios, debates e estudos acerca dos direitos da pessoa humana;

II - **promover** a divulgação desses direitos através de conferências, exposições e seminários na Assembleia Legislativa, nas universidades, escolas, clubes, associações de classe e sindicatos, por intermédio de seus integrantes, autoridades e pessoas abalizadas, convidadas para este mister;

III - **efetivar**, nas áreas que ocorrem maiores índices de violação dos direitos humanos, investigações e estudos para determinar suas causas, sugerindo medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo da tais direitos, fazendo, ainda, campanhas de esclarecimento e divulgação;

IV - **efetuar** investigações nas áreas onde ocorrem graves conflitos fundiários, com agressões aos direitos humanos, obtendo esclarecimentos e propondo providências e soluções aos órgãos competentes;

V - **dar** ciência às autoridades competentes de denúncias de violação aos direitos humanos;

VI - **opinar** sobre assuntos inerentes à defesa do consumidor, investigando a composição, qualidade, apresentação de bens e serviços, inclusive de concessionários ou permissionários de

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

serviços públicos, órgãos da administração indireta e sociedades de economia mista, recebendo e verificando denúncias sobre a questão, propondo medidas administrativas e legislativas em defesa do consumidor, e atuando, em caráter permanente, com a colaboração das demais Comissões da Assembleia e associações de defesa do consumidor, para o efetivo desempenho de suas funções.<sup>1</sup>

Em respeito as atribuições acima expostas a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA busca garantir a proteção e promoção destes direitos, através de atendimentos, recebimento de denúncias, encaminhamentos e outros mecanismos diários utilizados no intuito da eficácia da garantia desses direitos.

A Comissão é composta por membros do parlamento paraense, deputadas e deputados compromissados do a temática, além de equipe técnica atuante em defesa das demandas pertinentes a Defesa do Consumidor e Direitos Humanos.

Em muitas demandas apresentadas contamos com a cooperação do poder público (executivo, do judiciário e dos legislativos municipais) e com a Sociedade Civil, realizamos audiências Públicas, reuniões de trabalhos, seminários e demais eventos com a parceria desses entes, para fins de construir soluções e propostas de políticas públicas.

Colaboramos a acompanhamos, sempre que necessário, com o poder público e com a Sociedade Civil, em situações que envolvam violações de direitos humanos e defesa do consumidor, assim como aperfeiçoamento das políticas públicas conexas as temáticas, e oferta de serviços de reforço a cidadania.

---

<sup>1</sup>Resolução nº 24, de 21 de maio de 1985.



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

# 2023

## 2. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2023

### 2.1. Membros

#### TITULARES:

- Deputado Carlos Bordalo – Presidente,
- Deputada Livia Duarte – Vice-Presidente
- Deputado Victor Dias
- Deputado Erick Monteiro
- Deputado Martinho Carmona
- Deputada Paula Titan
- Deputado Rogério Barra

#### SUPLENTES:

- Deputada Andreia Xarão
- Deputado Aveilton
- Deputado Delegado Toni Cunha
- Deputada Diana Belo
- Deputado Dirceu Ten Caten
- Deputada Fabio Figueiras
- Deputado Thiago Araújo

### 2.2. Equipe Técnica

- **Coordenadora e Assessora Jurídica:** Priscila Herondina Reis de Souza
- **Secretário da CDHDC:** Antonio Sávio de Lima
- **Administrativo:** Édila Rose Barata Lima
- **Psicóloga:** Shirle Rosângela Meira de Miranda
- **Estagiários:** Aldo Soares de França Neto, Cendy Ariel Menezes Conduru, Laila Saré Ximenes Ponte, Luiz Gabriel de Araújo Rodrigues, Samara Suzan Sousa de Souza

### 2.3. Revisão e edição

- Priscila Herondina Reis de Souza e Lilian Campelo

### 2.4. Diagramação

- Beatriz Moura e Thais Peniche



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **2.5. Apresentação do ano de 2023**

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor esteve diante de intensas atividades durante o ano de 2023, que foi marcado por um esforço coletivo de reconstrução no Brasil, especialmente no campo dos direitos humanos e da democracia. Após anos de retrocessos e ataques a políticas fundamentais, o país voltou a fortalecer instituições e mecanismos de proteção social. A retomada do diálogo com movimentos populares, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias demonstrou um compromisso renovado com a justiça social e a equidade. Programas voltados à segurança alimentar, à demarcação de terras indígenas e quilombolas e à proteção dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAP+ ganharam novo fôlego, reafirmando o papel do Estado na promoção da dignidade humana.

Entretanto, os desafios para reconstrução de uma pauta progressista foram imensos. O desmonte das políticas ambientais, a precarização do trabalho e a desigualdade social ainda eram problemas estruturais que exigiam respostas urgentes. As comunidades tradicionais, povos indígenas e trabalhadores rurais, que sofreram graves violações nos anos anteriores, precisaram de ações concretas para recuperar seus direitos e fortalecer suas redes de proteção. Além disso, alguns setores políticos seguiram ativos, tentando deslegitimar avanços e alimentar discursos de ódio que ainda encontravam eco em setores da sociedade.

E diante do cenário nacional de reconstrução, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará se consolidou como um espaço de resistência e articulação. Atuando como ponte entre o Poder Legislativo e os movimentos sociais, a Comissão fortaleceu o diálogo com a sociedade para garantir que suas pautas fossem ouvidas e transformadas em ações concretas. Para isso, estruturou seu planejamento com base em uma abordagem ampla e estratégica, contemplando diversos eixos fundamentais dos direitos humanos. Inspirada no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) entre os principais eixos estão:

- **INTERAÇÃO DEMOCRÁTICA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL;**
- **DIREITOS HUMANOS AO DESENVOLVIMENTO;**
- **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER;**
- **SEGURANÇA PÚBLICA, ACESSO À JUSTIÇA E COMBATE À VIOLÊNCIA;**
- **EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS;**



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

- **DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR;**
- **SISTEMA PENITENCIÁRIO;**
- **IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DE GRANDES PROJETOS;**
- **INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO TEA (Políticas Públicas).**

Eixos que nortearam os trabalhos frente às diversas demandas que acionaram esta Comissão em busca do envolvimento mais humano do poder legislativo estadual.

### **2.6 Calendário anual de 2023:**

**JANEIRO**

- **ORGANIZAÇÃO INTERNA**
- **PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2023**
- **LEVANTAMENTO DOS CASOS E DEMANDAS ATENDIDAS NO ANO DE 2022.**



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**FEVEREIRO**

**DIA 13, 9H, SALA VIP, REUNIÃO COM AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR):**

O encontro realizado no dia 13 de fevereiro de 2023, presidido pelo Deputado Bordalo, revelou a relevância crescente da Política Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas no Pará. A reunião, promovida em resposta a uma solicitação da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), destacou a necessidade de regulamentação da Lei Estadual nº 9.662/2022, uma iniciativa pioneira que busca estruturar direitos e garantias para migrantes, refugiados e apátridas.

Com a presença de representantes da ACNUR, incluindo Silvia Sander e Janaína Galvão, o evento trouxe à tona um dado significativo: o Pará abriga mais de quatro mil pessoas migrantes de diversas nacionalidades. Venezuelanos compõem cerca de metade desse grupo, mas o estado também registra um fluxo crescente de haitianos e cubanos.



*Imagem 01 - Reunião na Sala Vip com represantes da ONU para refugiados  
Foto: Ozéas Santos (AID/Alepa)*

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

O apoio solicitado ao Presidente da CDHDC enfatiza a urgência de implementar políticas públicas que promovam integração social, acesso a direitos básicos e proteção para essas populações, reforçando a importância do Pará como um polo de acolhimento humanitário no Brasil. Este contexto coloca em perspectiva os desafios e as oportunidades para fortalecer a rede de assistência, considerando as particularidades culturais e sociais das comunidades migrantes.

# MARÇO

### **DIA 13, 16H, LIVE: CAFÉ COM FORMAÇÃO, COM O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARÁ:**

O Presidente da CDHDC, Deputado Bordalo, participou no dia 13 de março de 2023 da Live *Café com Formação*. O evento reflete a importância da memória e da história na luta pelos direitos humanos e pela consolidação da democracia. A participação do Deputado Bordalo na live **Café com Formação**, com o tema "EDUCAÇÃO PELA MEMÓRIA E MECANISMOS DE NÃO REPETIÇÃO", destaca um esforço fundamental para que as violações cometidas durante a Ditadura Civil-Militar não sejam esquecidas nem repetidas.



*Imagem 02 - Participação na live "Café com Formação"  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **DIA 16, 9H, SALA VIP, REUNIÃO SOBRE CADEIA PRODUTIVA AÇAÍ E EXPLORAÇÃO:**

A reunião realizada em 16 de março de 2023 na Sala VIP da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), promovida pela CDHDC, abordou uma questão crucial para o desenvolvimento sustentável e para a preservação dos direitos socioeconômicos na região: a cadeia produtiva do açaí e os impactos das **balsas-indústria**, que operam como indústrias flutuantes de beneficiamento do fruto.

A ampla participação de representantes de diferentes setores – Ministério Público, SEMAS, EMBRAPA, Instituto Ver-o-Peso, EMATER, Instituto Açaí é Nosso, IDEFLOR, SEDAP, SEFA, OAB-PA – além dos deputados membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e das Minorias, deputados de outras comissões parlamentares relacionadas a questões sociais, reforçando a relevância do tema.



*Imagem 03- Reunião na Sala Vip sobre a Cadeia Produtiva do Açaí e Exploração  
Foto: Celso Lobo (AID/Alepa)*

O encontro reafirma o compromisso dos parlamentares e instituições envolvidas em construir políticas públicas que atendam tanto às necessidades econômicas quanto às ambientais e sociais, promovendo um desenvolvimento equilibrado para a cadeia produtiva do açaí no Pará.



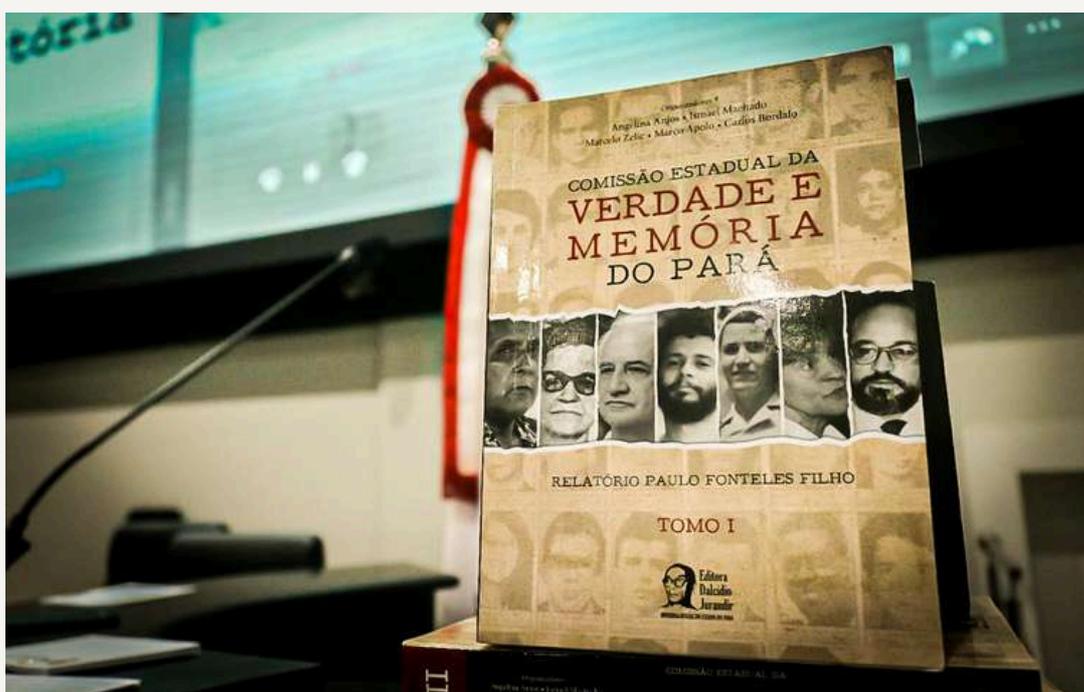
## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **DIA 31, 10H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE NO PARÁ:**

A Sessão Especial realizada pela **Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da ALEPA**, presidida pelo **Deputado Bordalo**, em parceria com a **Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH)**, marcou o lançamento do **Relatório Final “Paulo Fontelles Filho”**, da **Comissão Estadual da Verdade - CEV/PA**. O evento aconteceu no Plenário Newton Miranda da Assembleia Legislativa do Pará, reafirmando o compromisso com a memória, a verdade e a justiça no Estado.

### **ESTRUTURA DO RELATÓRIO**

O relatório, intitulado “Paulo Fontelles Filho”, apresenta-se como o último documento oficial que narra as graves violações aos direitos humanos ocorridas durante a Ditadura Militar na Amazônia. Publicado pela Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA), sob a chancela da Editora Pública Dalcídio Jurandir, a obra foi viabilizada com recursos de emendas parlamentares dos deputados Bordalo e Marinor Brito.



*Imagem 04- Tomo I do Relatório Paulo Fontelles Filho  
Foto: Celso Lobo (AID/Alepa)*



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

O relatório está dividido em três tomos, cada um abordando dimensões específicas da relação entre Direitos Humanos e o período da Ditadura Civil-Militar:

### Tomo I: Antecedentes históricos e contextualização

Este tomo explora:

- Os antecedentes históricos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a luta que resultou na criação da CEVM-Pará.
- Uma breve análise da política no Pará, situando o estado no contexto mais amplo da Ditadura Militar.
- Reflexões sobre a **Amazônia Paraense** no **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**, destacando as especificidades da região na repressão e resistência.

### Tomo II: Casos emblemáticos e narrativas específicas

O segundo tomo aprofunda-se em capítulos dedicados a temas e casos marcantes:

- **Imprensa paraense na ditadura:** Analisado a partir do relatório da **Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Pará**, abordando o papel e as repressões sofridas pelos meios de comunicação.
- **Universidade Federal do Pará:** Narrativas sobre a repressão e resistência dentro da comunidade acadêmica.
- **Comissão Camponesa da Verdade:** Enfoque sobre a violência sofrida por trabalhadores rurais e movimentos camponeses no estado.
- **Guerra dos Perdidos:** Uma análise do ocultamento histórico e os esforços de reparação das vítimas desse conflito.
- **Sofrimento Aikewara:** O impacto da ditadura sobre os povos indígenas, especialmente os Aikewara.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **Tomo III: Ditadura, Gênero e Justiça de Transição**

O terceiro tomo explora questões contemporâneas e debates transversais:

- **Ditadura e Gênero:** O capítulo 9 destaca os esforços do Grupo de Trabalho Memória e Ditadura, com ênfase na Linha Temática Ditadura e Gênero. Esse capítulo analisa como a ditadura impactou de maneira diferenciada mulheres e pessoas LGBTQIA+, traduzindo as múltiplas dimensões da violência de gênero no período.
- **Justiça de Transição:** Reflexões sobre a situação atual no Brasil, recomendações para sua efetivação e as repercussões específicas no estado do Pará.
- **Recomendações finais:** Propostas para fortalecer a memória, a verdade e a justiça no Brasil.



*Imagem 05- Deputada Marinor Brito (PSOL), Deputado Bordalo (PT), Deputado Elias Santiago (PT) e Deputada Lívia Duarte (PSOL) durante a Sessão Solene de entrega do Relatório Paulo Fonteles Filho  
Foto: Balthazar Costa (AID/Alepa)*



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

### Importância do Relatório

A publicação vai além de um registro histórico; trata-se de um instrumento pedagógico e político que busca:

1. **Preservar a memória histórica:** Reconhecendo os fatos e as violações, especialmente na Amazônia.
2. **Promover a educação para os direitos humanos:** Oferecendo subsídios para o debate sobre o período ditatorial.
3. **Garantir a não repetição:** Fortalecendo a democracia por meio da verdade e da justiça.

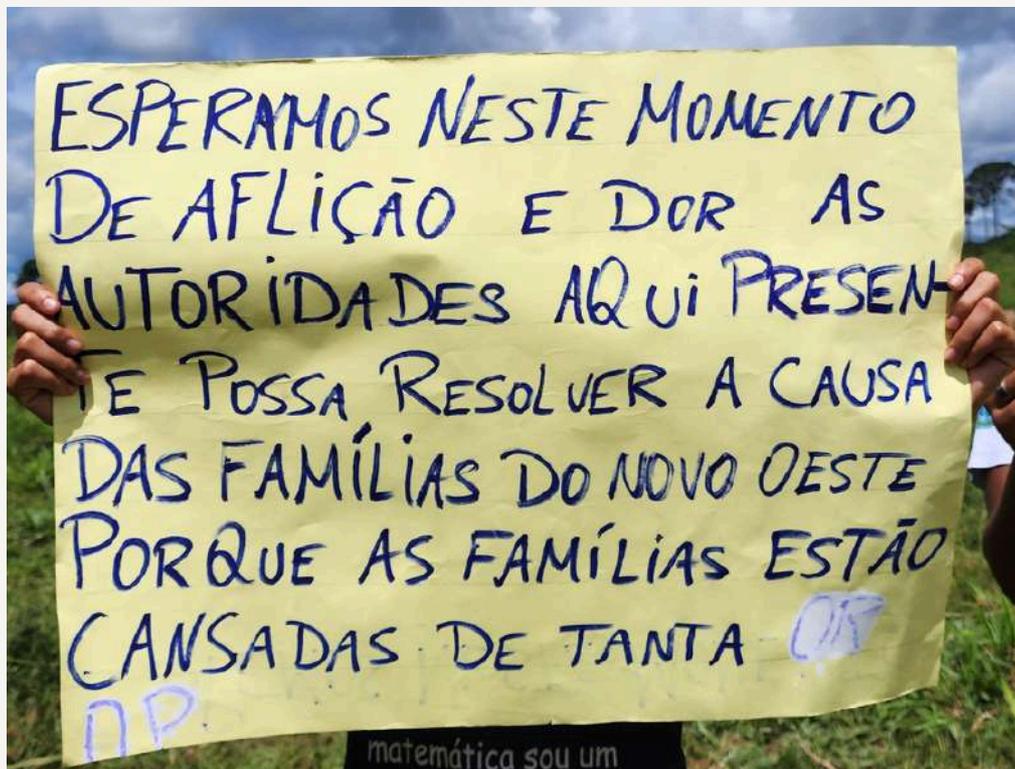
**ABRIL**

### **DIA 17, 6H, COMITIVA ASSENTAMENTO DIVINO PAI ETERNO, SÃO FÉLIX DO XINGU:**

No dia 17 de abril de 2023, Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da ALEPA, representada pelos Deputados Carlos Bordalo, Aveilton Souza e Torrinho Torres, representante do Sindicato Rural de São Félix do Xingu, realizaram uma diligência no acampamento denominado Divino Pai Eterno, localizado em São Félix do Xingu, na região do Sul do Pará. A missão foi conduzida com base em uma ordem judicial federal que determina a desocupação de parte do complexo, em razão da ocupação ilegal de terras, com prejuízos para fazendeiros da região. A área foi indicada para a instalação de um projeto de assentamento dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O cenário encontrado pela Comissão era alarmante. Moradores da área relataram a presença de pistoleiros contratados por grileiros que atuavam de maneira violenta e sistemática, visando intimidar e expulsar os moradores. Essas comunidades enfrentavam uma série de abusos, incluindo ameaças de morte, torturas físicas e psicológicas, destruição de plantações, incêndios criminosos em suas casas e até assassinatos. O clima de terror imposto pelos agressores levou essas pessoas a viverem em constante pânico e desespero.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 06- Protesto durante a Diligência para o acampamento Divino Pai Eterno  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

A situação é um reflexo de um conflito fundiário intenso e das graves violações de direitos humanos que ocorrem nas regiões mais remotas do Brasil. A presença da Comissão de Direitos Humanos foi fundamental no sentido de chamar a atenção das autoridades competentes para a necessidade urgente de proteção às vítimas, bem como para a implementação de medidas concretas que garantisse a segurança e a celeridade do processo de regularização fundiária e assim pacificar o conflito de terra.

**DIA 20, 14H30, SALA VIP, REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE SAÚDE MENTAL**

A reunião do Grupo de Trabalho Permanente de Direitos Humanos e Saúde Mental da CDHDC/ALEPA, ocorrida no dia 20 de abril, foi realizada com o objetivo de promover a integração entre diversas instituições envolvidas no tema. Na oportunidade, foi definido um cronograma de trabalho, com metas para as ações e a implementação de estratégias mais eficientes, o que pode resultar em avanços significativos no atendimento e na proteção dos direitos das pessoas com sofrimento psíquico ou transtornos mentais no estado.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Além disso, o balanço sobre as leis aprovadas ou em fase de aprovação foi fundamental para avaliação do progresso em relação às políticas públicas voltadas para a saúde mental. Já que ferramentas legislativas, que abordam a saúde mental e os direitos humanos são instrumentos poderosos para garantir que o cuidado das pessoas com transtornos mentais seja adequado, respeitando suas dignidades e direitos, especialmente em contextos como hospitais psiquiátricos e outras instituições de cuidado.



*Imagem 07 - Equipe do Grupo de Trabalho de Saúde Mental da Alepa e Profissionais da Psicologia  
Foto-Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

Outro ponto relevante foi a discussão sobre a realização do Congresso da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), que pode proporcionar um espaço de reflexão, troca de experiências e atualização sobre as melhores práticas e avanços na área. A participação de diversos profissionais e instituições nesse congresso também vem fortalecer a articulação entre políticas públicas de saúde mental e direitos humanos, além de estimular a colaboração entre setores públicos e privados.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

# MAIO

### **DIA 17, 11H, SALA VIP, REUNIÃO SOBRE O CASO DEZINHO:**

A reunião, realizada no dia 17 de maio de 2023, quarta-feira, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), teve como pauta principal o andamento do caso de Dezinho, líder sindical assassinado em novembro de 2000. Este caso está sendo acompanhado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que tem trabalhado na busca por justiça e reparação para a família e a comunidade afetada.

Durante o encontro, a viúva de Dezinho, Sra. Maria Joel, fez um apelo emocionado para que as cláusulas resolutivas do caso sejam cumpridas com urgência. Ela enfatizou a necessidade de que as promessas de justiça sejam cumpridas de forma eficaz e que os responsáveis pela morte de seu marido sejam responsabilizados rapidamente.



*Imagem 08- Autoridades de Estado e familiares do sindicalista Dezinho  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

O Governador do Estado, Helder Barbalho, já propôs um acordo, a pedido do Doutor Jarbas Vasconcelos, Secretário de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará, ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, comandado por Silvio Almeida. O acordo visa resolver 100% dos casos analisados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tanto do Estado Brasileiro quanto do Estado do Pará.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

O processo de mobilização em torno do caso de Dezinho segue como um exemplo da luta por justiça, não apenas pela memória do líder sindical, mas também pelos direitos das vítimas de violência e seus familiares, que buscam tratamento digno e reparação pelos danos sofridos.

### **DIA 18, 14H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM AOS 40 ANOS DA DPE-PA:**

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), por meio da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias, realizou uma sessão especial no auditório João Batista para comemorar os 40 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA). Essa sessão foi marcada pela celebração das contribuições significativas da DPE-PA ao longo de quatro décadas, reafirmando o papel crucial da instituição na promoção da cidadania e na defesa dos direitos humanos.



*Imagem 09- João Paulo Carneiro Lêdo, Defensor Público Geral.  
Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)*

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A Defensoria Pública do Estado do Pará tem sido uma aliada estratégica da ALEPA, desempenhando um trabalho essencial na assistência jurídica gratuita e na proteção das populações mais vulneráveis. Entre suas principais iniciativas estão as caravanas de emissão de documentos, a orientação jurídica e ações que promovem a inclusão social. A solenidade não apenas destacou o legado de 40 anos de dedicação da DPE-PA, mas também renovou o compromisso entre a Assembleia Legislativa e a Defensoria Pública na busca por justiça e acesso pleno aos direitos para todos os cidadãos paraenses.

### **DIA 26, 9H, SALA VIP, REUNIÃO SOBRE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO PLANO DE SAÚDE IASEP:**

A Reunião de Trabalho convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) teve como pauta a instabilidade no atendimento do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IASEP). O encontro reuniu usuários do plano de saúde IASEP, representantes da Presidência do IASEP, sindicatos, a Comissão do Idoso da OAB e a Defensoria Pública do Estado, com o objetivo de discutir as dificuldades enfrentadas pelos usuários do serviço.



*Imagem 10- Reunião na Sala Vip sobre o Plano de Saúde IASEP.  
Foto: Balthazar Costa (AID/Alepa)*

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A reunião proporcionou um espaço para a troca de ideias e a busca de soluções que possam melhorar o atendimento e garantir a qualidade dos serviços oferecidos pelo IASEP aos seus beneficiários. Durante o encontro, foram abordados os principais desafios enfrentados pelos usuários do plano de saúde, como problemas com a rede credenciada, demora no atendimento e a falta de suporte adequado em algumas áreas, visando identificar maneiras de solucionar essas questões e assegurar o acesso a um atendimento digno e eficiente para todos os servidores estaduais.

O Deputado Carlos Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDHDC), enfatizou a importância de cuidar do plano IASEP e destacou a necessidade de realizar uma chamada pública para ampliar a rede de prestadores de serviços. O parlamentar também sugeriu a elaboração de uma súmula, por meio da Comissão de Direitos Humanos, ao Governador do Estado e à SEPLAD, para a realização de um reestudo imediato do financiamento do IASEP.



*Imagem 11- Bernardo Almeida, Presidente do IASEP  
Foto: Balthazar Costa (AID/Alepa)*

Bernardo Almeida, Presidente do IASEP, esclareceu que as clínicas credenciadas oferecem atendimento aos usuários do plano de saúde, exceto por alguns profissionais que, por decisão própria, não aceitam o plano, atendendo apenas consultas particulares. Ele também destacou que, em breve, mais duas clínicas se credenciarão ao plano.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **DIA 30, MANHÃ E TARDE, MUNICÍPIO DE CAPANEMA, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Defesa da Pessoa com Deficiência, da Mulher da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias realizou a primeira caravana do ano. Na primeira edição do projeto, diversos serviços assistenciais foram oferecidos à comunidade, incluindo assistência jurídica e emissão de documentos. Ao todo, foram realizados 170 atendimentos, 112 registros de identidade, emitidas 47 certidões e 11 atendimentos jurídicos.



*Imagem 12- Coleta de digital à domicílio durante a Caravana de Direitos Humanos em Capanema.*

*Foto: Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

Houve ainda a presença do deputado Bordalo, Presidente da CDHDC no evento, que fez a entrega pessoal de documentos, o que destaca a relevância da atuação política no fortalecimento de políticas públicas voltadas para os direitos humanos. Bordalo enfatizou a importância de ações como essa para garantir que a população tenha acesso a direitos básicos, como o registro de identidade e a regularização de documentos, facilitando o acesso a outros serviços essenciais e assegurando maior cidadania aos cidadãos.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 13- Deputado Bordalo na Caravana de Direitos Humanos em Capanema.  
Foto: Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

A Caravana também se tornou uma ferramenta de sensibilização para questões relacionadas aos direitos humanos e à defesa das minorias, reforçando o compromisso de diversas entidades com a promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

A parceria entre a ALEPA, a Ordem Franciscana Secular e a Polícia Civil foi essencial para garantir que os serviços oferecidos fossem amplamente acessíveis e eficazes. Além da entrega dos documentos, os atendimentos jurídicos proporcionaram orientação a cidadãos que, muitas vezes, não têm acesso a esses serviços no dia a dia.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**JUNHO**

**DIA 5, APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA CDHDC/ALEPA – CASO DIVINO PAI ETERNO APONTA TENSÃO E VIOLÊNCIA NO CONFLITO POR TERRA:**



*Imagem 14- Visita no Acampamento Divino Pai Eterno em São Félix do Xingu.  
Foto:Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

O relatório sobre o acampamento Complexo Divino Pai Eterno, localizado em São Félix do Xingu, no sul do Pará, destaca uma situação de tensão na região. O documento é resultado de uma diligência conduzida pelo Deputado Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará (CDHDC/ALEPA), realizada no dia 17 de abril.

Intitulado "Relatório e Recomendações – Complexo Divino Pai Eterno – Distrito Sudoeste – Município de São Félix do Xingu", o material apresenta uma análise aprofundada das condições do acampamento, com foco em questões de direitos humanos. O relatório evidencia problemas significativos, como precariedade das condições de vida e segurança, além de oferecer recomendações para a melhoria da situação na comunidade e acesso à terra.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Participaram da Comitativa, os Deputados Carlos Bordalo, Aveilton Souza, membros da CDHDC e o Dep. Torrinho Torres, representando a ALEPA; Dr. Marcos Teixeira, Defensor Público, Chefe da Defensoria Pública da União no Estado do Pará; Reginaldo Negreiros, Superintendente Regional/INCRA/Marabá; Sirlene Souza Carvalho, Secretária Geral do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Félix do Xingu/STTR; Sercino Cristo, Vereador e Líder do Governo Municipal no poder Legislativo; João Cleber, Prefeito do município de São Felix do Xingu; Delegado Hennison José Jacob Azevedo, Diretor de Polícia do Interior; Delegado José Carlos Rodrigues dos Santos, Superintendente Regional de Polícia Civil do Alto Xingu; Delegado Almir Alves; Grupamento Tático Operacional da Polícia Militar do Pará; e Delegado DIEGO MÁXIMO da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários- DECA.

A iniciativa reforça a preocupação com a garantia de direitos básicos, sugerindo a necessidade de ações integradas entre diferentes esferas governamentais e órgãos responsáveis pela segurança e bem-estar das populações vulneráveis na região.

### **DIA 19 AO DIA 23, MANHÃ E TARDE, NOS MUNICÍPIOS DE IGARAPÉ-MIRI, ABAETETUBA E MOCAJUBA, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

A caravana de Direitos Humanos, ofereceu assistência jurídica e emissão de documentos para as comunidades dos municípios de **Igarapé-Miri, Abaetetuba e Mocajuba**, realizando um total de 4.082 atendimentos. O projeto demonstrou um impacto abrangente e estruturado ao atender as necessidades das comunidades locais, promovendo cidadania e acesso a direitos básicos. Abaixo, um detalhamento adicional sobre os serviços e seus benefícios:

#### **1. Emissão de Documentos**

- A emissão de **1.249 registros de identidade** pela Defensoria Pública e pela Delegacia de Polícia Civil possibilitou às pessoas regularizarem sua identificação, um passo crucial para o acesso a outros direitos e serviços públicos.
- A realização de **1.802 fotografias 3x4** facilitou o processo para aqueles que não dispunham desse recurso, eliminando uma barreira inicial no acesso à documentação.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

- O agendamento de **127 carteiras de trabalho** incentivou a formalização do emprego, proporcionando acesso aos benefícios trabalhistas.
- A entrega de **25 títulos de eleitor** promoveu a participação cidadã nas decisões políticas e o fortalecimento da democracia.
- A emissão de **86 CPFs** possibilitou acesso a serviços bancários, benefícios sociais e programas governamentais.



*Imagem 15- Coleta de assinatura durante a Caravana de Direitos Humanos em Igarapé-Miri.  
Foto: Sarah Sousa (Ascom Bordalo)*

### **2. Serviços Jurídicos e Consultivos**

- **97 orientações jurídicas** forneceram suporte para resolver questões legais, incluindo disputas familiares, trabalhistas e de direitos civis.
- A emissão de **433 certidões** e a realização de **65 retificações** garantiram que documentos estivessem atualizados e em conformidade com as necessidades legais.
- Os **10 reconhecimentos de paternidade** reforçaram a proteção dos direitos das crianças e o estabelecimento de vínculos familiares formais.
- **25 ações judiciais e acordos realizados** resolveram conflitos de forma eficiente e acessível, proporcionando resultados rápidos às comunidades.
- **2 atendimentos processuais com consultas** auxiliaram no esclarecimento de processos em andamento, garantindo maior transparência e compreensão.

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

### 3. Inclusão Digital e Acesso Facilitado

- A disponibilização de **45 senhas gov.br** ampliou o acesso a serviços digitais, permitindo que as pessoas utilizassem plataformas governamentais para autogestão de documentos e solicitações.
- Os **10 atendimentos para consulta de RGs no “espelho sistema”** foram fundamentais para corrigir ou validar informações de identificação.

### 4. Registros e Documentação Complementar

- Os **4 registros extemporâneos** deram a indivíduos sem certidão de nascimento o acesso à cidadania formal.
- As **101 orientações documentais** auxiliaram no entendimento e organização de documentações necessárias para outras ações civis e sociais.



Imagem 16- Banner da ação de direitos humanos durante a Caravana de Direitos Humanos em Igarapé-Miri. Foto: Sarah Sousa (Ascom Bordalo)

### Impacto Geral

A iniciativa, alcançou comunidades com recursos limitados, promovendo inclusão social e assegurando o direito à documentação básica. A ampla gama de serviços oferecidos garantiu que os cidadãos não apenas obtivessem os documentos necessários, mas também recebessem orientações jurídicas e administrativas essenciais para sua autonomia e inserção social.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**AGOSTO**

**DIA 4, 9H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS CONVIDA BORDALO PARA O LANÇAMENTO AÇÕES DO PROGRAMA CIDADANIA MARAJÓ:**

O evento promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), marcou um importante passo no enfrentamento de questões sociais no Arquipélago do Marajó. Com a participação do deputado Bordalo, presidente da comissão, a cerimônia realizada no Plenário Newton Miranda foi palco para o lançamento de ações do Programa Cidadania Marajó.

Durante o evento, foram destacados dois marcos principais: a instalação do Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó, um espaço de diálogo e articulação entre diferentes setores, e o anúncio das novas ações previstas no âmbito do Programa Cidadania Marajó. Essa iniciativa, instituída pela Portaria Nº 292 de 17 de maio de 2023, busca enfrentar o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, além de promover os direitos humanos e o acesso a políticas públicas no arquipélago.

A integração entre o Governo Federal, o Governo do Estado e a sociedade civil no evento reforça o compromisso com a transformação social na região, onde as vulnerabilidades exigem atenção especial. A presença da Comissão de Direitos Humanos como parceira na realização do evento reflete o engajamento institucional necessário para a implementação eficaz das políticas propostas.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **DIA 5, 14H, AUDITÓRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB), PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ALEPA NO EVENTO SOBRE RACISMO AMBIENTAL:**

O encontro "Diálogos Amazônicos", realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, destacou o tema do racismo ambiental, trazendo à tona uma questão de grande relevância para a Amazônia. O evento reuniu diversas entidades, incluindo a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), a Subcomissão de Políticas de Drogas e Saúde Mental do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), em um esforço coletivo para debater os desafios e as oportunidades da região amazônica.

#### **Racismo Ambiental: Um Problema Estrutural**

O termo "racismo ambiental" refere-se à discriminação que afeta, principalmente, populações periféricas e minorias étnicas, decorrente da degradação ambiental. O conceito evidencia que os impactos ambientais são distribuídos de maneira desigual, com as populações historicamente marginalizadas sendo as mais afetadas pela poluição e pela exploração dos recursos naturais.

Essa discussão é essencial na Amazônia, onde as comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas convivem com as consequências diretas do desmatamento, da contaminação de rios e da exploração predatória dos recursos. Além disso, o racismo ambiental não apenas amplifica as desigualdades sociais, mas também reforça estruturas de exclusão que comprometem os direitos humanos e o acesso a um meio ambiente equilibrado.

#### **Objetivos do Evento**

O encontro teve como objetivo promover o debate sobre os desafios e as possibilidades de transformação em relação ao racismo ambiental, buscando caminhos para uma distribuição mais equitativa dos recursos naturais e políticas públicas que respeitem a diversidade cultural e a sustentabilidade da região.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **Uma Agenda de Impacto**

Ao integrar as vozes de diferentes atores sociais e políticos, o "Diálogos Amazônicos" reafirma a importância de construir soluções coletivas para enfrentar as desigualdades socioambientais. A iniciativa coloca o racismo ambiental no centro das discussões, destacando a urgência de ações que promovam justiça social e ambiental na maior floresta tropical do mundo.



*Imagem 17- Deputado Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos .  
Foto: Ascom Bordalo*

### **DIA 11 E DIA 12, MANHÃ E TARDE, MUNICÍPIO DE BELÉM, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

A Caravana de Direitos Humanos realizou um conjunto expressivo de ações gratuitas destinadas à comunidade, promovendo cidadania e acesso a serviços essenciais. A iniciativa foi marcada pela ampla oferta de atendimentos em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Pará, a Polícia Civil e a Faculdade Faci Wyden.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **Resultados e Atendimentos Prestados**

No total, foram realizados 484 atendimentos, distribuídos entre os seguintes serviços:

- Documentação:
  - 303 novos registros de identidade.
  - 82 segundas vias de certidões de nascimento e óbito.
  - 21 CPFs emitidos.
  - 20 carteiras de trabalho.
  - 20 "senhas gov.br" geradas.
- Fotografias:
  - 240 fotos 3x4 emitidas.
- Serviços Jurídicos:
  - 36 atendimentos jurídicos oferecidos.
- Saúde e Estética:
  - 52 atendimentos odontológicos.
  - 30 atendimentos estéticos.



*Imagem 17- Equipe da Polícia Civil durante coleta de digital para RG  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

A Caravana é uma ação concreta de promoção dos direitos humanos, levando serviços fundamentais a populações que muitas vezes enfrentam barreiras de acesso.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A colaboração entre diferentes instituições foi essencial para a realização desses atendimentos, reafirmando a importância de parcerias interinstitucionais na garantia de direitos e no fortalecimento da cidadania.



*Imagem 18- Equipe de colaboradores da Caravana de Direitos Humanos em Belém.  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

# SETEMBRO

### **DIA 19, DILIGÊNCIA NO ACAMPAMENTO QUINTINO LIRA:**

A diligência realizada na manhã de segunda-feira (18) no acampamento Quintino Lira, localizado em Santa Luzia do Pará, marcou um importante passo na apuração de denúncias de violência e ameaças sofridas pelas 200 famílias de agricultores que ocupam o local desde 2007. Convocada pelo deputado Carlos Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), a ação teve como objetivo ouvir as vítimas e articular medidas para a resolução do conflito agrário.

As denúncias apontam para uma escalada de violência praticada por empregados da Fazenda da família Bengston, incluindo Marcos Bengston, entre os dias 7 e 10 de setembro.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Durante este período, foram relatadas ameaças, incêndios de roças e destruição de casas, utilizando até mesmo um trator. O foco das ações violentas parece ter sido João Batista Galdino de Sousa (conhecido como Clone), testemunha em um processo criminal, e Nailce Verônica Galdino de Sousa, liderança do acampamento que vem sofrendo ameaças constantes.

O contexto agrava-se pelo histórico de Marcos Bengston, acusado de ser o mandante do homicídio de Caribé em 2010, mas que permanece em liberdade. Essa situação intensifica o clima de medo entre as famílias do acampamento.

### **Participação e Encaminhamentos**

A diligência contou com a presença de cerca de **13 representantes** de diversas instituições públicas e movimentos sociais, incluindo o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), a Defensoria Pública da União (DPU), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (Fetagri-PA), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e outros.



*Imagem 19- O Presidente da Comissão de Direitos Humanos em reunião no Acampamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará. Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **Entre os principais encaminhamentos estão:**

1. Criação de uma força-tarefa para buscar a resolução do conflito agrário, incluindo a formalização de um assentamento para as famílias.
2. Inclusão de João Batista e Nailce Verônica no Programa Federal de Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), visando garantir sua segurança.
3. Elaboração de um relatório detalhado pela Comissão de Direitos Humanos da ALEPA, com as denúncias e recomendações, que será enviado aos órgãos competentes.



*Imagem 20- Deputado Bordalo, João Galdino e sua família durante a diligência no Acampamento Quintino Lira. Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

### **Contexto de Resistência**

O acampamento Quintino Lira, organizado pelo MST, é um símbolo da luta por reforma agrária e pela garantia de direitos fundamentais às famílias que dependem da terra para sua subsistência. A presença de representantes de várias esferas sociais e políticas na diligência reforça a urgência de ações efetivas para proteger essas comunidades de situações de vulnerabilidade e violência.

O relatório da Comissão será crucial para pressionar as autoridades competentes a tomarem medidas concretas na garantia dos direitos humanos e na resolução definitiva desse conflito agrário.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**DIA 27 AO DIA 30, MANHÃ E TARDE, NOS MUNICÍPIOS DE AURORA DO PARÁ E IPIXUNA DO PARÁ (DISTRITO DE CANAÃ), CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

A Caravana de Direitos Humanos promoveu uma ação de cidadania nos municípios de Aurora do Pará e Ipixuna do Pará (Distrito de Cannã), realizando um total de 2.209 atendimentos. Entre os serviços oferecidos, destacam-se:

- 836 emissões de novos registros de identidade, realizados pelo Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, Defensoria Pública e Delegacia de Polícia Civil.
- 850 fotografias 3x4 tiradas, facilitando o acesso à documentação para aqueles que não possuíam foto.
- 44 agendamentos para emissão de carteiras de trabalho.
- 74 títulos de eleitor e 76 CPFs emitidos.
- 74 contas "gov.br" criadas, com apoio da Defensoria Pública e da Polícia Civil.



*Imagem 21- Atendimentos durante a Caravana de Direitos Humanos em Ipixuna do Pará.*

*Foto: Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

Outros serviços realizados incluem:

- 162 segundas vias de certidão de nascimento.
- 6 segundas vias de certidão de casamento.
- 5 segundas vias de certidão de óbito.
- 24 retificações extrajudiciais.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

- 35 orientações e encaminhamentos jurídicos.
- 9 registros extemporâneos.
- 3 ações judiciais, 5 atendimentos processuais e 7 divórcios.



*Imagem 22- Visita do deputado Bordalo durante a Caravana de Direitos Humanos em Ipixuna do Pará. Foto: Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

A iniciativa, desenvolvida em parceria com diversas instituições, proporcionou acesso facilitado a documentos essenciais e orientações jurídicas, promovendo a cidadania, inclusão social e o fortalecimento de direitos fundamentais.

**OUTUBRO**

### **DIA 2 E 3, MANHÃ E TARDE, NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

A Caravana de Direitos Humanos, organizada pela CDHDC, nos dias 02 e 03 de outubro, trouxe serviços essenciais ao município de Mãe do Rio, realizando 1.369 atendimentos. Dentre as ações:

- 479 novos registros de identidade emitidos, em parceria com a Defensoria Pública e a Delegacia de Polícia Civil. Para facilitar, foram tiradas 520 fotos 3x4.
- 46 agendamentos para carteiras de trabalho realizados.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

- Emissões diversas: 24 títulos de eleitor, 40 CPFs, 15 segundas vias de certidão de casamento e 132 segundas vias de certidão de nascimento.
- Outros serviços jurídicos e digitais: criação de 36 contas "gov.br", 35 retificações extrajudiciais, 29 orientações e encaminhamentos, 2 registros extemporâneos, 3 ações judiciais, 7 atendimentos processuais e 1 divórcio.



*Imagem 23- Equipe do Centro de Atendimento ao Cidadão da Alepa durante a Caravana de Direitos Humanos em Mãe do Rio. Foto: Sarah Sousa (Ascom Bordalo)*

A parceria entre instituições, incluindo a Defensoria Pública e a Polícia Civil do Pará, garantiu acesso a documentação, orientação jurídica e inclusão social, reforçando o direito à cidadania.

### **DIA 13 E 14, MANHÃ E TARDE, NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

A Caravana de Direitos Humanos realizada no município de São Domingos do Capim, com o apoio da Câmara Municipal, trouxe importantes benefícios para a comunidade local. Durante a ação, foram registrados **756 atendimentos**, demonstrando o impacto significativo da iniciativa. Entre os serviços ofertados, destacam-se:

- **548 novos registros de identidade emitidos**, contribuindo para a regularização e acesso a direitos básicos.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

- **185 certidões emitidas**, atendendo à necessidade de documentação da população.
- **23 atendimentos jurídicos realizados**, prestando suporte legal essencial à comunidade.



*Imagem 24- Entrega de RGs durante a Caravana de Direitos Humanos em São Domingos do Capim.  
Foto: Sarah Sousa (Ascom Bordalo)*



*Imagem 25- Assinaturas de RGs durante a Caravana de Direitos Humanos em São Domingos do Capim.  
Foto: Sarah Sousa (Ascom Bordalo)*



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A atividade, liderada pelo Deputado Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos, contou com a participação do Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, da Polícia Civil, além de servidores públicos, lideranças sociais e políticas, prefeitura municipal, sindicatos rurais e outros parceiros. Essa mobilização conjunta reforça o compromisso com a garantia de direitos e a cidadania, atendendo diretamente às demandas da população local.

### **DIA 19, MANHÃ E TARDE, NO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA, SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE TAILÂNDIA, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

A Ação de Direitos Humanos realizada no município de Tailândia foi um marco importante para a promoção da cidadania, com 238 atendimentos realizados. Entre os serviços oferecidos, destacaram-se a emissão de 198 novos registros de identidade, a obtenção de 28 certidões e a prestação de assistência jurídica a 12 pessoas.

A Caravana contou com o apoio da Polícia Civil, servidores da Assembleia Legislativa, lideranças sociais e políticas, além da colaboração da prefeitura de Tailândia, sindicatos rurais e profissionais engajados. Essa iniciativa reforçou o compromisso com os direitos fundamentais, facilitando o acesso a serviços essenciais para a população local.

### **DIA 25, MANHÃ, REUNIÃO COM PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA GUINÉ-BISSAU, PROFESSOR DOUTOR FODÉ:**

No dia 25, quarta-feira, tivemos a honra de nos reunir com o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, Professor Doutor Fodé A. Mané. Durante o encontro, compartilhamos experiências e reflexões sobre as lutas enfrentadas pelos nossos países no campo da garantia de direitos e da promoção da justiça social.

A conversa destacou os desafios comuns em áreas como a proteção dos direitos humanos, a inclusão social e o fortalecimento das instituições democráticas. Também exploramos caminhos para uma cooperação mais estreita, visando ao intercâmbio de boas práticas e ao apoio mútuo em questões prioritárias para ambas as nações. Esse diálogo reafirma o compromisso conjunto com a construção de sociedades mais justas e equitativas, em que os direitos fundamentais sejam respeitados e promovidos.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 25- Comitiva na Missão Internacional na Guiné Bissau. Foto: Raquel Castro (Assessoria Bordalo)*



*Imagem 26- Comitiva na Missão Internacional na Guiné Bissau. Foto: Raquel Castro (Assessoria Bordalo)*



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**NOVEMBRO**

**DIA 23, 14H, SALA VIP, COLÓQUIO SOBRE "ANCESTRALIDADES, DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA AMAZÔNIA PARAENSE & GUINÉ-BISSAU":**

O colóquio "Ancestralidades, Direitos Humanos e Cooperação Solidária Amazônia Paraense & Guiné-Bissau" foi um marco de integração e troca cultural entre as regiões da Amazônia Paraense e Guiné-Bissau, reforçando laços históricos e promovendo o diálogo sobre direitos humanos e ancestralidade. Realizado no dia 23 de janeiro, às 14h, na Sala Vip da sede da Alepa, o evento simboliza a importância de iniciativas que buscam a valorização das conexões históricas e culturais entre povos e territórios irmãos.

Coordenado pela deputada Livia Duarte, vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, o encontro teve como destaque a participação do Prefeito de Bissau, Justen Nozolin, que abordou as "Conexões Históricas, Território Irmãos" entre Bissau e a Amazônia. Além disso, estiveram presentes o Secretário de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), Jarbas Vasconcelos do Carmo, a Professora Dra. Jacqueline Freire, uma das coordenadoras do projeto Djumbai da UFPA, e representantes do Centro de Estudo de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), que enriqueceram o debate com suas perspectivas e experiências.

O evento foi uma realização conjunta de diversas instituições comprometidas com a promoção da igualdade racial e os direitos humanos, incluindo a Comissão de Direitos Humanos da Alepa, SEIRDH, o Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico Racial do Ministério Público do Estado do Pará, a Prefeitura de Belém, a UFPA e a Unama. Essas parcerias destacam o esforço coletivo para fortalecer os laços de solidariedade, reconhecer a importância das ancestralidades e promover o diálogo entre os povos amazônicos e africanos.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 27- Autoridades de Estado e convidados no Colóquio "Ancestralidades, Direitos Humanos e Cooperação Solidária Amazônia Paraense & Guiné-Bissau". Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)*

### **DIA 23 AO DIA 26, MANHÃ E TARDE, NOS MUNICÍPIOS CUMARU DO NORTE, REDENÇÃO E XINGUARA, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:**

O projeto Caravana de Direitos Humanos, realizado nos municípios de Cumaru do Norte, Redenção e Xinguara, foi uma ação de grande impacto social que promoveu acesso a serviços essenciais para a comunidade, como assistência jurídica e emissão de documentos. Durante a iniciativa, foram registrados 2.578 atendimentos, evidenciando a importância e o alcance da ação.

Entre os serviços oferecidos, destacam-se:

- 1.131 novos registros de identidade emitidos, garantindo acesso à documentação básica e essencial para o exercício da cidadania;
- 301 certidões emitidas, atendendo à demanda por regularização documental;
- 71 atendimentos jurídicos, oferecendo suporte legal para resolver pendências e assegurar direitos.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 28- Visita do deputado Bordalo durante a Caravana de Direitos Humanos em Cumaru do Norte.  
Foto: Ascom Bordalo*



*Imagem 29- Deputado Bordalo e colaboradores na Caravana de Direitos Humanos em Cumaru do Norte. Foto: Ascom Bordalo*



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 30- Atendimentos durante a Caravana de Direitos Humanos em Redenção. Foto: Ascom Bordalo*



*Imagem 31- Visita do deputado Bordalo durante a Caravana de Direitos Humanos em Redenção. Foto: Ascom Bordalo*



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 32- Visita do deputado Bordalo durante a Caravana de Direitos Humanos em Xinguara. Foto: Ascom Bordalo*



*Imagem 33- Atendimentos durante a Caravana de Direitos Humanos em Xinguara. Foto: Ascom Bordalo*



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**DEZEMBRO**

**DIA 04, 9H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO ESPECIAL EM CELEBRAÇÃO AOS 7 ANOS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS (PPDDH):**

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (CDHDC/ALEPA), sob a presidência do deputado Bordalo, realizou na manhã de segunda-feira, 4 de dezembro, uma sessão especial em comemoração aos sete anos do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).



*Imagem 34- Sessão especial em comemoração aos sete anos do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Foto: Ozéas Santos (AID/ALEPA)*

O evento teve como objetivo homenagear os defensores e defensoras de direitos humanos, que desempenham um papel essencial na luta diária por justiça social e igualdade. A atuação dessas pessoas abrange causas como a defesa da terra, os direitos urbanos, a proteção dos povos indígenas e quilombolas, além do apoio à comunidade LGBTQI+, comunicadores sociais, ambientalistas e outros militantes que enfrentam conflitos e riscos relacionados à sua integridade física, psíquica e moral.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A celebração aconteceu no auditório João Batista, localizado na sede da Alepa, e contou com a presença de representantes de movimentos sociais, instituições governamentais e da sociedade civil, destacando a importância da articulação entre diferentes setores na promoção e proteção dos direitos humanos.



*Imagem 35- Deputado Bordalo e representantes de movimentos sociais.  
Foto: Ozéas Santos (AID/ALEPA)*

### **DIA 04, ÀS 15H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, ENTREGA DO LIVRO "EDUCAÇÃO POPULAR NA AMAZÔNIA PARAENSE: PAULO FREIRE VIVE!"**

O dia 4 de dezembro marcou a entrega do livro "Educação Popular na Amazônia Paraense: Paulo Freire Vive!", uma obra organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Alepa, sob a liderança do deputado Bordalo e da coordenadora da comissão, Priscila Souza. O projeto contou ainda com a participação da professora Jacqueline Freire (UFPA), do professor João Colares (UEPA), e dos representantes do Instituto Paulo Freire, a diretora Ângela Biz Antunes e o presidente Moacir Gadotti.



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC



Imagem 36- Miniatura de Paulo Freire para a entrega do livro "Educação Popular na Amazônia Paraense: Paulo Freire Vive!". Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)

A obra reúne diversos textos, incluindo artigos e homenagens, que destacam a aplicação eficaz e amplamente reconhecida da metodologia de **Paulo Freire** em contextos educacionais e sociais da Amazônia. Além disso, o livro presta uma homenagem ao grande pensador, reafirmando a relevância de suas ideias para os desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade.



Imagem 37- Parlamentares e convidados durante a entrega do livro "Educação Popular na Amazônia Paraense: Paulo Freire Vive!". Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

O evento de lançamento foi enriquecido por apresentações culturais, uma **aula magna do professor Pedro Pontual**, além de ampla participação popular e de representantes do setor educacional, consolidando a relevância da educação popular e das contribuições freirianas na região.

### **DIA 15, 14H30, PLENÁRIO NEWTON MIRANDA, SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DA MEDALHA PAULO FROTA**

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará (CDHDC-ALEPA), sob a presidência do deputado Bordalo, realizou uma sessão solene nesta sexta-feira, 15, às 14h30, no plenário Newton Miranda da Casa Legislativa.



*Imagem 38- Plenário Newton Miranda na Sessão Solene Medalha Paulo Frota de Direitos Humanos. Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*

O evento integrou as celebrações da semana em que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado anualmente em 10 de dezembro. Neste ano, a comissão prestou homenagens a mais de 50 defensores dos direitos humanos, incluindo instituições, representantes da sociedade civil e personalidades de destaque no campo da promoção e defesa dos direitos humanos no estado do Pará.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 39- Plenário Newton Miranda lotado para a Sessão Solene Medalha Paulo Frota de Direitos Humanos. Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*

As honrarias foram um reconhecimento às contribuições significativas desses atores para a garantia e ampliação dos direitos humanos, reforçando a importância de suas ações no fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **QUADRO RESUMO DAS CARAVANAS DE DIREITOS HUMANOS REALIZADAS EM 2023:**

<b>MUNICÍPIO(S)</b>	<b>DATA</b>	<b>ATENDIMENTOS</b>
CAPANEMA	30/05/2023	170
IGARAPÉ-MIRI	19 e 20/06/2023	1.537
ABAETETUBA	22 e 23/06/2023	1.529
MOCAJUBA	25 e 26/06/2023	1.016



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

BELÉM	11 e 12/08/2023	484
AURORA DO PARÁ	27 e 28/09/2023	1.388
IPIXUNA DO PARÁ	30/09/2023	821
MÃE DO RIO	02 e 03/10/2023	1.369
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	13 e 14/10/2023	775
TAILÂNDIA	19/10/2023	238
CUMARU DO NORTE	23/11/2023	443
REDENÇÃO	24 e 25/11/2023	754
XINGUARA	26/11/2023	300
<b>TOTAL</b>	-	<b>10.824</b>

*Tabela 1- Dados quantitativos da realização de Caravanas no ano de 2023, Fonte: autoria própria.*

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Defesa das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), realizou em 2023 o Projeto “**CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS**”, presidida pelo Deputado Bordalo. O Projeto levou cidadania e direitos para diversos municípios do Estado do Pará, ofertou assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram realizadas **10.824** ATENDIMENTOS. A Caravana contou com apoio e parceria, do Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, Defensoria Pública Estadual e Polícia Civil do Estado do Pará.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

# 2024

### **3. DOS TRABALHOS NO ANO DE 2024**

#### **3.1. MEMBROS**

##### TITULARES:

- Deputado Carlos Bordalo – Presidente,
- Deputada Livia Duarte – Vice-Presidente
- Deputado Victor Dias
- Deputado Erick Monteiro
- Deputado Martinho Carmona
- Deputada Paula Titan
- Deputado Rogério Barra

##### SUPLENTES:

- Deputada Andreia Xarão
- Deputado Aveilton
- Deputado Delegado Toni Cunha
- Deputada Diana Belo
- Deputado Dirceu Ten Caten
- Deputada Fabio Figueiras
- Deputado Thiago Araújo

#### **3.2. Equipe Técnica**

- Priscila Herondina Reis de Souza - Coordenadora e Assessora Jurídica;
- Antonio Sávio de Lima- Secretário da CDHDC;
- Shirle Rosângela Meira de Miranda - Psicóloga;
- Aldo Soares de França Neto -Estagiário;
- Bárbara Santos Sacramento- Estagiária;
- Rafaela Natasha Miranda Chagas- Estagiária;
- Henrique Cuesta Fernandes- Estagiário.

#### **3.3. Revisão e Edição**

- Priscila Herondina Reis de Souza e Lilian Campelo

#### **3.4. Diagramação**

- Beatriz Moura e Thais Peniche

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **3.5. Apresentação do ano de 2024**

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA esteve diante de grandes desafios durante o ano de 2024, consolidando-se como um instrumento essencial na defesa da dignidade e dos direitos fundamentais da população paraense.

Com um olhar atento para as diversas vulnerabilidades que atingem a sociedade, a Comissão promoveu ações que fortaleceram a justiça social, o acesso a serviços essenciais e o reconhecimento de direitos historicamente negligenciados. No campo da economia, a Comissão pautou debates sobre a necessidade de um desenvolvimento econômico que respeite os direitos dos trabalhadores e os territórios das comunidades tradicionais. A segurança alimentar e o apoio à agricultura familiar também estiveram no centro das discussões, reforçando a importância da inclusão produtiva e da valorização dos pequenos produtores.

A luta contra o etarismo também foi um compromisso assumido ao longo do ano. A Comissão promoveu reuniões e ações conscientização para combater a discriminação contra idosos, garantindo-lhes mais acesso a políticas públicas e o reconhecimento de seus direitos. Em relação à orfandade, foram promovidas discussões sobre a situação no estado, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

O fortalecimento das redes de acolhimento e a articulação de políticas públicas foram prioridades para assegurar um futuro digno a esses jovens. Entre as ações concretas do ano, destaca-se a realização de um casamento comunitário que beneficiou mais de 40 casais, promovendo a cidadania e a regularização civil de uniões que aguardavam por esse momento. Esse evento simbolizou o compromisso com a inclusão social e a garantia do direito ao reconhecimento legal das relações familiares.

Por fim, a Comissão prestou homenagens a pessoas e organizações que promovem amplamente os direitos humanos no Pará, reconhecendo e incentivando o trabalho de quem luta diariamente por uma sociedade mais justa e igualitária.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Comissão em continuar sua missão de defesa dos direitos fundamentais, garantindo que a população paraense tenha suas demandas ouvidas e atendidas.

### **3.6. Calendário anual 2024:**

## **JANEIRO**

- **ORGANIZAÇÃO INTERNA**
- **PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2023**
- **LEVANTAMENTO DOS CASOS E DEMANDAS ATENDIDAS NO ANO DE 2022.**

## **FEVEREIRO**

**DIA 28, 15H, SALA MULTIUSO, REUNIÃO SOBRE A CRISE DO AÇAÍ NO PARÁ**



*Imagem 40- Reunião na sala multiuso sobre a Crise do Açaí no Pará. Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)*



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Defesa da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias (CDHDC) realizou uma reunião para discutir a crise do açaí, proposta pelo deputado Erick Monteiro, membro da Comissão.

Durante o encontro, foram ouvidos representantes das Secretarias de Estado, instituições de pesquisa, batedores de açaí e diversas organizações da sociedade civil, com o objetivo de analisar e propor medidas que mitiguem os impactos do pacto socioeconômico que afeta as famílias paraenses no período de entressafra do fruto.

O evento destacou uma preocupação central com os efeitos socioeconômicos da crise do açaí no Pará, especialmente durante a entressafra, quando a escassez do fruto e o aumento dos preços comprometem a subsistência de muitas famílias. A iniciativa de reunir representantes de diversos setores reflete o compromisso com uma abordagem inclusiva e colaborativa, essencial para a construção de soluções viáveis e eficazes no enfrentamento desse problema.

**MARÇO**

### **DIA 04, 10H, SALA MULTIUSO, REUNIÃO PARA TRATAR SOBRE O COMBATE AO ETARISMO**

A Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Defesa da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias (CDHDC) realizou uma reunião na Sala Multiuso, localizada no andar das Comissões da sede da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), para discutir a substituição do pictograma utilizado na sinalização indicativa de vagas, assentos, filas e outros serviços prioritários destinados à pessoa idosa. A mudança foi proposta pela Lei nº 10.219/2023, de autoria do deputado Carlos Bordalo, Presidente desta Comissão.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

O debate enfatizou a necessidade de adequar a sinalização atual, que representa uma pessoa curvada e com bengala, para um novo pictograma mais alinhado à realidade contemporânea da pessoa idosa. A proposta prevê a utilização da imagem de uma pessoa ereta, acompanhada da inscrição '60+', com o objetivo de transmitir uma mensagem mais moderna, inclusiva e condizente com a pluralidade da população idosa.

Essa atualização busca não apenas modernizar a sinalização, mas também desafiar estereótipos associados ao envelhecimento, valorizando a autonomia e a dignidade das pessoas idosas. A mudança reforça a importância de atender às demandas desse público com maior sensibilidade, garantindo que os serviços prioritários reflitam um olhar mais respeitoso e acolhedor sobre o envelhecimento.

Além disso, a implementação da nova sinalização deverá ser acompanhada de campanhas educativas e de conscientização, a fim de garantir que a população em geral compreenda o significado da mudança e respeite os direitos das pessoas idosas nos espaços públicos e privados.



*Imagem 41- Reunião na sala multiuso sobre Etarismo. Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**DIAS 12,13 E 14, MANHÃ E TARDE, NOS MUNICÍPIOS DE VISEU, BRAGANÇA E TRACUATEUA, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS**



*Imagem 42- Atendimento durante Caravana de Direitos Humanos em Bragança.*

*Foto: Sarah Sousa (Ascom Bordalo)*

A Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias (CDHDC) promoveu a 1ª Caravana de Direitos Humanos do ano de 2024, levando serviços essenciais aos municípios de Viseu, Bragança e Tracuateua. A ação, que integra os projetos da Comissão, teve como objetivo aproximar a população local de serviços fundamentais e contribuir para a garantia de direitos e inclusão social.

Nesta edição inaugural do ano, a Caravana ofereceu uma ampla gama de atendimentos, incluindo assistência jurídica, emissão de documentos, orientação social e encaminhamentos para serviços públicos. Essas ações beneficiaram diretamente centenas de moradores, muitos dos quais enfrentam dificuldades de acesso a serviços básicos devido à distância ou à precariedade de infraestrutura nas localidades.

Além dos serviços prestados, a Caravana também foi uma oportunidade para ouvir as demandas específicas das comunidades visitadas, permitindo à Comissão mapear as principais necessidades da população e propor políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Ao todo, foram realizados 890 atendimentos, com destaque para a emissão de 456 Registros de Identidade (RG), 300 Certidões e 27 atendimentos jurídicos. Esses números refletem o impacto direto da iniciativa na vida das comunidades atendidas, muitas vezes afastadas de centros urbanos e com acesso limitado a esses serviços essenciais. A emissão do RG, por exemplo, representa um passo fundamental para a cidadania, permitindo que as pessoas acessem direitos fundamentais como saúde, educação, e a participação plena na vida civil. Já a emissão das Certidões oferece o reconhecimento legal de eventos importantes na vida dos indivíduos, como nascimento e casamento, aspectos essenciais para a organização social e familiar.

A Caravana contou com a parceria da Central de Atendimento ao Cidadão (CAC) da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), a colaboração dos servidores da casa legislativa, garantindo a execução dos serviços de maneira eficiente e o apoio da Polícia Militar.

O sucesso da Caravana reforça a importância de iniciativas como esta, que não apenas ampliam o acesso a direitos fundamentais, mas também fortalecem o vínculo entre o Legislativo e as comunidades mais vulneráveis, promovendo cidadania, dignidade e inclusão social. Outras edições do projeto estão previstas para este ano, alcançando novos municípios e consolidando a missão de garantir direitos e ampliar oportunidades para todos os paraenses.



*Imagem 43- Deputado Bordalo e colaboradores na Caravana de Direitos Humanos em Bragança.  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**ABRIL**

**DIAS 17,18 E 19, MANHÃ E TARDE, NOS MUNICÍPIOS DE CAMETÁ E LIMOEIRO DO AJURU, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS**



*Imagem 44- Fila para retirada de documentos na Caravana de Direitos Humanos em Limoeiro do Ajuru.  
Foto: Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

Nas comunidades dos municípios de Cametá e Limoeiro do Ajurú, a Caravana de Direitos Humanos proporcionou assistência jurídica e emissão de documentos, realizando um total de 651 atendimentos. Este número expressivo reflete o impacto significativo da iniciativa, especialmente para as populações das regiões ribeirinhas. Desses atendimentos, 178 habitantes conseguiram emitir novos registros de identidade (RG), expedidos pela delegacia de Polícia Civil, o que garante a regularização de documentos fundamentais para a cidadania e o exercício de direitos básicos.

Além disso, foram realizados 240 encaminhamentos de certidão, essenciais para o reconhecimento de eventos como nascimento, casamento e óbito, aspectos cruciais para a organização e legalização dos registros civis das pessoas.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

No campo jurídico, foram prestados 83 atendimentos, oferecendo suporte e orientações legais para indivíduos que, muitas vezes, não tinham acesso a um advogado ou informações sobre seus direitos. Esses atendimentos jurídicos ajudam a esclarecer questões relacionadas a direitos civis, familiares, trabalhistas e outros, promovendo a justiça e garantindo o acesso igualitário à lei.

Além disso, 150 fotos foram tiradas para a confecção dos documentos, proporcionando o registro visual necessário para que os atendimentos sejam efetivamente formalizados, garantindo a autenticidade e legalidade dos documentos emitidos.

Essa ação representa um avanço importante na inclusão social, oferecendo acesso a serviços fundamentais para cidadãos que, de outra forma, enfrentariam barreiras geográficas e socioeconômicas para regularizar sua situação civil e acessar seus direitos. A Caravana não apenas facilita a emissão de documentos e o apoio jurídico, mas também contribui para o fortalecimento das comunidades, garantindo que seus habitantes possam exercer plenamente sua cidadania.



*Imagem 45- População na espera de receber documentos na Caravana de Direitos Humanos em Cametá. Foto: Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**DIA 23, 19H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, EVENTO EM ALUSÃO AOS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR, FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**



*Imagem 46- Mesa de autoridades no auditório João Batista no ciclo de debates "Ditadura Nunca Mais".  
Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)*

Na noite do dia 23, no Auditório João Batista da ALEPA, foi realizada uma reflexão valiosa sobre o impacto do período da Ditadura Militar no Brasil, durante o ciclo de debates "Ditadura Nunca Mais". O evento contou com a participação da Professora Edilza Fontes (UFPA), do Professor Gilney Viana (UFMT), do Secretário de Estado Jarbas Vasconcelos (SEIRDH), e foi mediado com cuidado e profundidade por Naiara Torres.

Este debate foi especialmente relevante, pois marcou a oportunidade de refletir sobre os 60 anos do golpe militar de 1964, que resultou na instauração de uma ditadura militar no Brasil, com graves consequências para a sociedade brasileira. O golpe e o regime que se seguiu deixaram cicatrizes profundas, afetando diretamente a liberdade, os direitos humanos e as instituições democráticas do país.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Relembrar esses 60 anos é mais do que uma simples retrospectiva histórica; trata-se de um momento de reflexão coletiva sobre os impactos desse evento, que continua a reverberar na sociedade atual. O debate destacou a importância de reconhecer as lições que a história nos oferece, como a defesa constante da democracia, a preservação dos direitos civis e a luta pelo reconhecimento das vítimas desse período. A memória histórica, nesse contexto, torna-se um instrumento crucial para evitar que os erros do passado se repitam e para fortalecer a resistência contra qualquer forma de autoritarismo.

A presença dos especialistas e autoridades no evento proporcionou uma rica troca de ideias, que contribuiu para o fortalecimento do compromisso com a democracia e a justiça social. Esse ciclo de debates foi uma oportunidade única para aprofundar a compreensão dos desafios enfrentados pelo Brasil no período da Ditadura Militar e para reforçar a necessidade de um engajamento contínuo na preservação da liberdade e dos direitos humanos.

**MAIO**

### **DIA 23, 9H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO ESPECIAL EM CELEBRAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA ÁFRICA**

Em celebração ao Dia Internacional da África, o Palácio da Cabanagem, sede da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), recebeu, nesta quinta-feira (23), a apresentação do projeto do Memorial da Escravidão do Estado. Este importante espaço será inaugurado em 20 de novembro de 2024, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, e contará com um projeto arquitetônico de intervenção urbana elaborado pelo arquiteto Luiz Guedes. O memorial será instalado em um casarão histórico, situado ao lado do Museu do Círio, na rua Padre Champagnat, no Complexo Feliz Lusitânia, em Belém.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

O evento contou com a presença de representantes do Governo do Estado, da Prefeitura de Belém, da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA), da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) e de diversas outras secretarias estaduais. Também foram convidados movimentos sociais, o Centro de Estudos em Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), universidades públicas e privadas, defensorias, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-PA) e outras instituições da sociedade civil.

O deputado Carlos Bordalo (PT), autor do pedido para a realização da sessão especial, destacou que a criação do memorial da escravidão é fundamental para recontar a história do tráfico negreiro transatlântico. “Esse tráfico arrancou irmãos e irmãs da África para serem escravizados em solo brasileiro, com um impacto significativo para o Pará”, afirmou. Ele acredita que a instalação do museu representará uma obra estrutural do governo de Helder Barbalho.



*Imagem 47- Deputado Bordalo e Comunidades Quilombolas no Sessão Especial que celebra o Dia Internacional da África. Foto: Ozeas Santos (AID/ALEPA)*



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**JUNHO**

**DIA 3, 17H30, SEMINÁRIO ORFANDADE EM PARCERIA COM O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA**



*Imagem 48- Deputado Bordalo com representantes e autoridades da pauta de orfandade no Pará  
Foto: Ozeas Santos (AID/ALEPA)*

Na segunda-feira, dia 03 de junho de 2024, a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) sediou o 1º Seminário Estadual Orfandade e Direitos, realizado no Salão dos Ex-Presidentes. A iniciativa foi promovida pelo 10º Conselho Regional de Psicologia (CRP), presidido por Jureuda Guerra, e teve como objetivo aprofundar a discussão sobre os desafios enfrentados por crianças e adolescentes em situação de orfandade no Brasil. O evento aconteceu no marco dos 34 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma data significativa para o fortalecimento dos direitos infantojuvenis no país. A temática abordada no seminário foi a proteção de crianças e adolescentes que enfrentam a dor da perda dos pais, com especial ênfase nas causas sociais que geram essa desproteção, como doenças, violência urbana, feminicídio, acidentes de trânsito e catástrofes naturais.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A orfandade é um fenômeno multifacetado que envolve uma série de fatores estruturais e sociais, e a discussão no seminário procurou identificar as principais vulnerabilidades que essas crianças e adolescentes enfrentam no processo de acolhimento e recuperação emocional.

A presença de Marina Poniwas, representante do Conselho Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes (Conanda), foi essencial para dar um panorama nacional sobre a situação da orfandade no Brasil. Além disso, o evento contou com a participação do deputado Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALEPA, que trouxe dados alarmantes sobre a orfandade no Brasil, como o número de 180 mil jovens em situação de orfandade em todo o país e os 2.529 órfãos gerados pela tragédia dos feminicídios em 2022. Esses dados reforçam a gravidade da situação e a necessidade urgente de políticas públicas que ofereçam proteção a essas crianças e adolescentes.

Uma das principais contribuições do deputado Bordalo foi a menção à criação da Lei nº 10.305/2023, sancionada a partir de um projeto de sua autoria, que institui a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Feminicídio no Pará. Esta política oferece um suporte multissetorial a essas crianças e adolescentes, incluindo cuidados psicológicos, apoio jurídico, assistência social e ações educacionais, com o objetivo de proporcionar uma vida mais digna e segura aos órfãos do feminicídio.

O evento também destacou a importância da colaboração entre as instituições, sendo realizado em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da ALEPA, o que reflete a necessidade de uma ação integrada e coordenada entre os diferentes setores da sociedade para tratar desse tema tão crucial. A união de esforços para garantir a proteção e o acolhimento adequado aos órfãos e promover seus direitos é fundamental para a construção de um futuro mais justo e equitativo para as novas gerações.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**DIA 14, 15H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, CASAMENTO COMUNITÁRIO**



*Imagem 49- Recém-casados durante a celebração do Casamento Comunitário no auditório João Batista na Alepa Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)*

Na tarde do dia 14 de junho, no auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), foi realizada a cerimônia oficial de celebração de 23 casamentos, um evento marcante que simbolizou a união formal de diversos casais. A cerimônia foi conduzida pelo Juiz de Paz Alfredo Augusto Rodrigues, que teve a responsabilidade de oficializar as uniões, tornando o momento ainda mais significativo para os noivos e seus familiares. O evento contou com a presença do desembargador Mairton Carneiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, da Sra. Rosana Nascimento, Diretora da Faculdade Wyden, além de outros convidados especiais, amigos e familiares dos casais.

Essa cerimônia não apenas representou um marco na vida pessoal dos casais, mas também reforçou o compromisso da ALEPA com a promoção dos direitos civis e a inclusão social.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A formalização do casamento, especialmente em um evento público e acessível, é um ato que reafirma a importância do reconhecimento legal das uniões e o direito de todos os cidadãos à convivência familiar, de forma plena e legalmente amparada.

A iniciativa de realizar o evento na ALEPA, um espaço institucional de representatividade pública, destaca a atuação do poder legislativo em promover ações que envolvem a cidadania e o fortalecimento das relações familiares. Além disso, o apoio a eventos dessa natureza contribui para a inclusão social, garantindo que mais pessoas tenham acesso aos direitos civis fundamentais, como o casamento civil, de maneira simplificada e gratuita.

Essa cerimônia se insere em uma série de ações da CDHDC ALEPA voltadas à cidadania e ao fortalecimento dos laços comunitários, proporcionando aos cidadãos a oportunidade de formalizar sua união de maneira digna e acessível. A presença dos noivos, suas famílias e convidados fez dessa cerimônia um evento de celebração e alegria, um marco na vida de cada casal, além de reafirmar a importância da Casa Legislativa na promoção da inclusão e do respeito aos direitos humanos.



*Imagem 50- Deputado Bordalo durante a celebração do Casamento Comunitário no auditório João Batista na Alepa Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)*



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

### **DIAS 19 E 20, MANHÃ E TARDE, NO MUNICÍPIO DE CURRALINHO, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS**



*Imagem 51- Deputado Bordalo durante a Caravana de Direitos Humanos em Curralinho  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

Nos dias 19 e 20 de junho, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) realizou mais uma edição da Caravana de Direitos Humanos, desta vez no município de Curralinho, localizado na região do Marajó. A iniciativa teve como objetivo levar cidadania, assistência jurídica e serviços essenciais para a população ribeirinha, atendendo às necessidades de comunidades que, muitas vezes, enfrentam dificuldades de acesso a direitos básicos.

Durante a ação, diversos serviços foram disponibilizados, como a emissão de carteiras de identidade e certidões de segunda via (nascimento, divórcio e óbito). Também foi oferecida assessoria jurídica por meio dos advogados do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC-ALEPA), proporcionando orientação e suporte para questões legais diversas.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 52- Centro de Atendimento ao Cidadão da Alepa durante atendimentos em Currálinho  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

Além dos serviços jurídicos e de documentação, a Caravana também promoveu atendimentos na área de saúde, com ações realizadas pela Divisão de Bem-Estar e Saúde (DEBS-ALEPA). Os moradores puderam realizar testagens de glicose, medições de pressão arterial, exames rápidos para diagnóstico de hepatite e receber orientações sobre higiene bucal, com atividades voltadas especialmente para as crianças. Essas iniciativas foram fundamentais para promover a saúde preventiva e o bem-estar da comunidade local.

Toda a prestação de serviços foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Currálinho (STTRC), que serviu como ponto central para os atendimentos, garantindo um ambiente acolhedor e acessível à população. A escolha do local reforça a importância das parcerias com organizações locais para a execução de ações que impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 53- Profissionais de Saúde do Departamento de Bem-Estar Social (DBES) da Alepa  
Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

A Caravana de Direitos Humanos da ALEPA é um exemplo de compromisso com a inclusão social e a garantia de direitos fundamentais, especialmente para populações que vivem em áreas de difícil acesso. A edição em Curralinho destacou-se não apenas pela quantidade de serviços prestados, mas também pela relevância de cada atendimento, refletindo o impacto positivo da ação na vida dos moradores da região.

**DIAS 22 E 23, MANHÃ E TARDE, NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS**

A sétima edição da Caravana de Direitos Humanos da CDHDC/ALEPA, realizada em São Sebastião da Boa Vista nos dias 22 e 23 de junho, destacou-se como uma iniciativa multidisciplinar voltada à promoção da cidadania e bem-estar da população.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 54- Diversos atendimentos durante a Caravana de Direitos Humanos em São Sebastião da Boa Vista. Foto: Lilian Campelo (Ascom Bordalo)*

O evento ocorreu no Centro de Lazer Oliveira Teixeira e proporcionou uma ampla gama de serviços, incluindo:

Serviços de Documentação e Assessoria Jurídica:

- Emissão de 1ª e 2ª vias de documentos;
- Gratuidade para certidões de nascimento, casamento e óbito;
- Assessoria jurídica, com suporte do CAC-ALEPA, Polícia Civil do Pará e Defensoria Pública da União (DPU).

Ações de Saúde:

- Higiene bucal;
- Aferição de pressão arterial;
- Testes de glicemia e hepatite;
- Coordenação da Divisão de Bem-Estar e Saúde (DEBS-ALEPA);
- Atendimento especializado, como exames oftalmológicos com distribuição de óculos e atendimento pediátrico.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Atividades Educativas e de Conscientização:

- Espaço Aberto da Fundação ParáPaz, com atividades pedagógicas para crianças;
- Distribuição de cartilhas informativas sobre:
  - Combate à exploração sexual infantil;
  - Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A iniciativa reflete o compromisso da ALEPA com a promoção dos direitos fundamentais e o fortalecimento de políticas públicas inclusivas, alcançando comunidades que, muitas vezes, têm acesso limitado a serviços essenciais.

# AGOSTO

### **DIA 8, REUNIÃO DE TRABALHO PROGRAMA CIDADANIA MARAJÓ**



*Imagem 55- Deputados e convidados na Sala multiuso durante a reunião de trabalho do Programa Cidadania Marajó Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), presidida pelo Deputado Bordalo, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), promoveu um encontro com o objetivo de discutir e implementar ações voltadas para a melhoria das condições de vida e para a promoção dos direitos humanos em várias regiões do Estado, com foco no Arquipélago do Marajó, especialmente nas áreas do Baixo Amazonas, Sul e Sudeste da região.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

O encontro, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da ALEPA reflete um esforço estratégico para aproximar as instâncias de governo das necessidades locais, especialmente em regiões que historicamente enfrentam desafios sociais e econômicos significativos, como o Arquipélago do Marajó. A articulação entre a ALEPA, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) evidencia uma abordagem colaborativa, que busca integrar diferentes esferas de atuação para maximizar os impactos positivos.



*Imagem 56- Deputada Lívia Duarte (PSOL) durante reunião de trabalho na sala multiuso  
Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*

O foco no fortalecimento da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente é especialmente relevante, dado o contexto de vulnerabilidade em que muitas famílias vivem nessas regiões. A promoção do acesso à saúde, à educação e à segurança é crucial para quebrar ciclos de pobreza e exclusão social que afetam de forma desproporcional comunidades tradicionais e ribeirinhas, além de grupos historicamente marginalizados.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

A visita planejada ao Ministro Silvio Almeida adiciona um componente estratégico ao trabalho, pois permite que as realidades locais sejam observadas diretamente, ampliando a compreensão sobre os desafios enfrentados. Essa iniciativa pode influenciar na formulação de políticas públicas mais contextualizadas e que levem em consideração as especificidades culturais, sociais e econômicas da região.

Além disso, o envolvimento do MDHC sugere um reconhecimento da importância nacional dessas demandas, o que pode atrair mais recursos e apoio para implementar soluções sustentáveis. A construção de uma agenda política pautada por essas discussões representa um avanço significativo na luta pela garantia de direitos humanos, com foco especial na equidade e no atendimento às populações vulneráveis.

### **DIA 19, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO ESPECIAL EM ALUSÃO AO DIA DO HISTORIADOR: A TRAJETÓRIA DE IZABEL MARQUES TAVARES CUNHA**

Em comemoração ao Dia do Historiador, a Sra. Rosinda Miranda, aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentou com grande êxito a defesa de sua tese de doutorado, cujo foco é a história de Isa Cunha, uma figura central na luta pelos direitos humanos, pela democracia e pelo feminismo na Amazônia.

A tese de Rosinda Miranda é uma valiosa contribuição para a historiografia brasileira e amazônica, destacando Isa Cunha como uma figura essencial na luta pelos direitos humanos, democracia e feminismo na região Norte do Brasil. A defesa dessa pesquisa no Dia do Historiador reforça a relevância de resgatar histórias que inspiram a reflexão sobre os desafios contemporâneos, ao mesmo tempo que homenageiam conquistas de ativistas como Isa Cunha.

Esse tipo de trabalho é fundamental para ampliar a compreensão histórica das lutas sociais no Brasil, valorizando trajetórias de mulheres que, muitas vezes, permanecem invisibilizadas nos grandes relatos históricos.

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 57- Deputado Bordalo e Historiadores no auditório João Batista durante sessão especial em homenagem ao dia do historiador. Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*

**DIA 23, 15H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO ESPECIAL DOS 40 ANOS DA LEP (LEI DE EXECUÇÃO PENAL)**

A Lei de Execuções Penais (LEP), sancionada em 11 de julho de 1984, constitui um marco histórico no sistema penal brasileiro, pois introduziu uma visão mais humanizada e democrática ao processo de execução das penas. Reconhecendo a dignidade das pessoas privadas de liberdade, a LEP trouxe inovações que buscam alinhar o cumprimento das sanções penais aos princípios constitucionais de respeito aos direitos humanos e à cidadania. O evento teve como objetivo prestar uma justa homenagem à Lei de Execuções Penais (LEP), reconhecendo sua relevância histórica e jurídica.

Ao longo de suas quatro décadas de existência, a LEP consolidou-se como uma referência normativa para a execução penal, prevendo a garantia de direitos fundamentais aos custodiados. Entre as principais áreas de proteção estão o acesso à saúde, à educação, à assistência social, jurídica e até mesmo religiosa, evidenciando a tentativa de promover a ressocialização dos apenados.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 58- Deputado Bordalo e autoridades no auditório João Batista durante sessão especial em homenagem aos 40 anos da LEP. Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)*

Mais do que uma lei de caráter punitivo, a LEP é um instrumento de transformação social, pois reconhece que a execução da pena deve se pautar pela recuperação e reintegração do indivíduo à sociedade.

Um dos grandes méritos da LEP é a promoção de políticas públicas de ressocialização, incentivando programas que visam reduzir a reincidência criminal e a violência no ambiente prisional. Medidas como o trabalho e a educação no cárcere refletem essa perspectiva, oferecendo aos apenados oportunidades concretas de reconstrução de suas trajetórias e de reingresso no convívio social de forma mais digna.

Contudo, apesar dos avanços propostos pela LEP, o sistema penitenciário brasileiro enfrenta desafios históricos que comprometem sua plena implementação. A superlotação das unidades prisionais, a precariedade das condições estruturais, a insuficiência de recursos materiais e humanos, bem como a falta de investimentos em políticas de prevenção à criminalidade, configuram barreiras significativas para que os objetivos da lei sejam alcançados.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Ademais, práticas punitivistas ainda predominam em muitos setores do sistema de justiça e da sociedade, em contradição ao caráter humanizador da LEP. Ao completar 40 anos, a LEP se mantém relevante e atual, pois além de reafirmar os direitos das pessoas privadas de liberdade, porém sua implementação integral exige esforços conjuntos de diversos atores sociais, incluindo o Poder Judiciário, o Executivo, a sociedade civil organizada e a academia. Apenas com o fortalecimento de ações colaborativas será possível superar os desafios e garantir que o sistema prisional seja efetivamente um espaço de reintegração, e não de exclusão.

Desta forma, a Sessão Especial buscou consolidar uma reflexão crítica e epistemológica sobre as diversas ações, desafios e conexões desenvolvidas nesse período, com foco no impacto da LEP na construção de políticas públicas voltadas à humanização do sistema penitenciário brasileiro. Por meio de debates, análises e compartilhamento de experiências, o evento visou reafirmar a importância da lei como um marco transformador na garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**SETEMBRO**

### **DIA 09 E 10, MANHÃ E TARDE, SEMINÁRIO ÁGUA: BEM COMUM LIVRE DE MINERAÇÃO**

O evento organizado pela CDHDC, em parceria com o Fundo DEMA, FASE e MAM, promoveu discussões sobre a preservação das águas como estratégia central para proteger os territórios e controlar a expansão da mineração no estado do Pará. O seminário abordou os impactos ambientais da mineração em comunidades de Barcarena e Abaetetuba, ressaltando a importância de proteger os recursos hídricos para garantir a sustentabilidade desses territórios e o bem-estar das populações afetadas. A iniciativa destacou a necessidade de políticas públicas e ações coletivas para mitigar os danos ambientais e sociais associados à exploração mineral.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

No decorrer dos debates, foram apontadas as diversas consequências da atividade mineradora, como a contaminação de cursos d'água, o comprometimento de fontes de subsistência e a ameaça à segurança hídrica. Representantes da sociedade civil enfatizaram a importância de incluir as comunidades afetadas nos processos de decisão e planejamento ambiental, além de reforçar a fiscalização sobre as atividades mineradoras.

O seminário destacou ainda que a conservação das águas é não apenas um tema ambiental, mas também um pilar para a justiça social, visto que as populações mais vulneráveis são as mais prejudicadas pelos impactos da mineração. Por fim, foram sugeridas estratégias para articular movimentos sociais, fortalecer a legislação ambiental e promover alternativas econômicas sustentáveis para a região.



*Imagem 59- Deputado Bordalo e representantes de entidades governamentais e não governamentais na Sala Multiuso. Foto: Thais Peniche (Ascom Bordalo)*

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**NOVEMBRO**

**DIA 14, 9H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO ESPECIAL SOBRE SAÚDE MENTAL NO BRASIL**

No dia 14 de novembro de 2024, o deputado Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará (CDHDC ALEPA), promoveu uma sessão especial com o tema “Saúde Mental no Brasil”. O evento, organizado em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e outras entidades, destacou-se como um espaço de diálogo e troca de experiências sobre políticas de acolhimento e cuidado em saúde mental.

A sessão antecedeu o 9º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, realizado em Belém entre os dias 15 e 17 de novembro de 2024, que contou com o patrocínio da ALEPA e a participação efetiva da CDHDC.



*Imagem 60- Autoridades e convidados no auditório João Batista na Sessão Especial de Saúde Mental. Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Reunindo representantes de várias regiões do Brasil, a sessão abordou conquistas, desafios e aspectos ainda pouco explorados nas políticas de saúde mental, enfatizando a importância de ações integradas entre diferentes esferas governamentais para o fortalecimento da atenção à saúde mental no país.

Encerrando o evento, o Deputado Bordalo destacou a necessidade de ampliar o diálogo intersetorial e de promover a mobilização política para garantir o financiamento adequado e a sustentabilidade das políticas públicas de saúde mental, reforçando o compromisso da CDHDC ALEPA em continuar atuando como uma ponte entre a sociedade e o poder público.

### **DIA 25, 10H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, LANÇAMENTO DOS PROTOCOLOS DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E AGROEXTRATIVISTAS ACUÍ, GIBRIÉ DE SÃO LOURENÇO, SÍTIO CONCEIÇÃO E TAUÁ, DO MUNICÍPIO DE BARCARENA**

A Comissão de Direitos Humanos realizou uma Sessão Especial para lançar os Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada de quatro comunidades quilombolas e agroextrativistas de Barcarena: Acuí, Gibrié de São Lourenço, Sítio Conceição e Tauá, em parceria com a FASE e o GESTERRA/UFGPA.

A realização dessa Sessão Especial para o lançamento dos Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada foi um marco importante na promoção e proteção dos direitos das comunidades quilombolas, especialmente no que se refere à gestão de seus territórios. A implementação dos protocolos, alinhados à Convenção 169 da OIT, reforça o princípio da autodeterminação e a necessidade de garantir que as decisões sobre projetos que possam afetar essas comunidades sejam feitas de maneira colaborativa, respeitando suas tradições e modos de vida.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 61- Deputado Bordalo recebe protocolos de consulta prévia, livre e informada, das Idieranças das comunidades Acuí, Gibrié de São Lourenço, Sítio Conceição e Tauá. Foto: Beatriz Moura (ASCOM Bordalo)*

A parceria com a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e o GESTERRA/UFGPA (Grupo de Estudos em Gestão de Territórios e Recursos Ambientais da Universidade Federal do Pará) fortalece o apoio técnico e científico, essencial para a construção de soluções que considerem as especificidades de cada comunidade.

Durante o evento, o deputado Carlos Bordalo destacou a importância da autodeterminação e do respeito aos territórios quilombolas.

O discurso do deputado Carlos Bordalo foi relevante, pois reforçou a importância do respeito aos direitos territoriais das comunidades quilombolas, o que se alinha com as lutas históricas dessas populações pela preservação de suas terras e cultura. Além disso, a presença de representantes das comunidades e de entidades de apoio, bem como as apresentações culturais, sinalizaram um fortalecimento da luta pelo reconhecimento e defesa dos direitos dos povos tradicionais, com o apoio das instituições públicas e privadas.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

**DEZEMBRO**

**DIA 06, 9H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, SESSÃO ESPECIAL EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARÁ (CEFOR)**

A Sessão Especial organizada pela CDHDC da ALEPA foi um momento de reflexão sobre a importância da educação no estado do Pará e a contribuição do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Além de celebrar os 10 anos de existência do Centro, a sessão destacou os desafios enfrentados na área educacional e as conquistas ao longo dessa década. O evento foi uma oportunidade para lembrar as ações e projetos realizados, que impactaram diretamente a formação de educadores e a qualidade do ensino no estado.

Durante a sessão, diversos depoimentos de educadores e representantes da comunidade escolar enfatizaram o trabalho contínuo do Centro em promover a qualificação profissional e o desenvolvimento de habilidades essenciais para os docentes, em especial nas áreas de pedagogia, didática e gestão educacional. Muitos destacaram a relevância das ações do Centro para o fortalecimento da educação pública e o empoderamento dos profissionais que atuam nas escolas.

O evento também foi marcado por discursos que reconheceram a importância da educação como um direito fundamental, especialmente no contexto de desafios sociais e econômicos. A formação de educadores é, portanto, vista como um pilar essencial para a transformação da sociedade e para o avanço das políticas públicas voltadas à educação.

Essa Sessão Especial, além de servir como homenagem ao Centro, foi também uma plataforma para discutir novas perspectivas para a educação no Estado do Pará, com foco em garantir a formação contínua dos profissionais da educação, promover a inclusão e combater desigualdades no acesso à educação de qualidade.

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 62- Autoridades e convidados no auditório João Batista na Sessão Especial dos 10 anos do Cefor. Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*

### **DIA 12, 15H- SESSÃO SOLENE PARA OUTORGA DA MEDALHA PAULO FROTA DE DIREITOS HUMANOS**

A entrega da Medalha Paulo Frota de Direitos Humanos, realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) em 12 de dezembro, foi um evento significativo para o reconhecimento de personalidades e instituições que se destacaram na defesa dos direitos humanos no estado. Ao homenagear 63 representantes, a cerimônia enfatizou o compromisso contínuo do Legislativo com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, destacando a importância do trabalho daqueles que atuam na promoção dos direitos fundamentais, especialmente dos mais vulneráveis.

A cerimônia de entrega da Medalha Paulo Frota de Direitos Humanos também foi uma oportunidade para reforçar a importância do trabalho coletivo de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e defensores de direitos humanos que enfrentam as adversidades cotidianas para garantir que os direitos fundamentais sejam respeitados no Pará.



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**



*Imagem 62- Deputada Lívia Duarte (PSOL), Bruno Teixeira (SDNH) e Deputado Bordalo (PT) na entrega da medalha Paulo Frota. Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)*



*Imagem 63-Plenário Newton Miranda lotado para a cerimônia de entrega da Medalha Paulo Frota. Foto: Balthazar Costa*



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC**

Essa honraria não apenas valoriza as ações concretas em prol dos direitos humanos, mas também simboliza a esperança de um futuro em que esses direitos sejam ainda mais respeitados e promovidos, tanto no Pará quanto no Brasil. A cerimônia é um reflexo do esforço coletivo em busca de um estado mais humano, onde a defesa dos direitos de todos, independentemente de sua condição social, é uma prioridade.

### **ASSENTOS OCUPADOS POR MEMBROS DA CDHDC ALEPA NO BIÊNIO 2023-2024**

- Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (PORTARIA Nº1597/2023-GP/TJPA, DE 19 DE ABRIL DE 2023).
  - Processos concluídos na CPMEAQLG com participação da CDHDC ALEPA no biênio 2023-2024: 42 (quarenta e dois) processos.
  - Processos em curso na CPMEAQLG com participação da CDHDC ALEPA no biênio 2023-2024: 61 (sessenta e um) processos.
- Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PPDDH) – CONDEL
- Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH.
- Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA) do TJPA.
- Comitê Estadual de Políticas Penais - CEPP do TJPA.
- Grupo de Trabalho de Saúde Mental (Interinstitucional).
- Pacto Interinstitucional Pró-Equidade Racial no Estado do Pará.

**Acesse o QRCode para mais  
fotos e vídeos:**





▶ TV Alepa  alepa.official  
alepa.pa.gov.br